



www.enaphem.com



Atuações da Docência em Matemática na Rede Federal de Educação Tecnológica de Sergipe (1909-2002): um estudo comparativo de gênero

Teaching Activities in Mathematics at the Federal Technological Education Network of Sergipe (1909-2002): a comparative gender study

*Lenira Pereira da Silva*¹

*Erika F. S. Marinho Dantas*²

*Ricardo Sampaio de Oliveira*³

Resumo

Este artigo se enquadra no campo de pesquisa da Rede Federal de Educação Tecnológica e apresenta um extrato de uma pesquisa em andamento no Instituto Federal de Sergipe, campus Aracaju. O foco principal da investigação é construir uma história da docência em matemática, catalogando seus agentes e suas ações dentro do marcador temporal estabelecido. Metodologicamente é uma pesquisa do tipo qualitativa histórico bibliográfica e os dados principais foram colhidos do acervo institucional. Teoricamente é consubstanciado por pesquisadores do campo da História da Educação Matemática, da História das Disciplinas Escolares e da Educação Profissional. Especificamente neste trabalho, traremos elementos descritivos das atuações docentes, comparando-as em termos de gênero, as quais extrapolaram às salas de aulas, mas que mantiveram um diálogo com o cerne educacional.

Palavras-chave: Docência em Matemática; Educação Profissional; Educação Matemática.

A rede de ensino

Em 1909, o então presidente Nilo Peçanha, através do decreto nº 7.566 de 23 de setembro do corrente ano, cria dezenove Escolas de Aprendizes e Artífices

¹ Doutora em Educação Matemática pela Universidade Anhanguera. Professora do Curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal de Sergipe, *campus* Aracaju, Brasil. E-mail: lenira.silva@academico.ifs.edu.br.

² Discente do Curso de Licenciatura em Matemática do IFS, *campus* Aracaju, Brasil. E-mail: erika.dantas99@academico.ifs.edu.br.

³ Discente do Curso de Licenciatura em Matemática do IFS, *campus* Aracaju, Brasil. E-mail: ricardo.oliveira084@academico.ifs.edu.br.

(EAA), em 19 diferentes unidades federativas, dentre as quais estava uma unidade na capital do estado de Sergipe (Brasil, 1909). Estas unidades educacionais estavam vinculadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio e tinham como objetivo oferecer ensino profissional, primário e gratuito.

Embora oficialmente, em termos de Rede Federal de Ensino, a educação profissional do Brasil tenha nascido por meio do decreto citado anteriormente, as experiências com o ensino profissionalizante remontam dos anos de 1800 com atividades manufatureiras que se destinavam “ao “amparo” da camada menos privilegiada da sociedade brasileira” (MEC, 2016, p. 1). Vale destacar que no final do século XIX a mão de obra trabalhista era praticamente a escrava e com a abolição da escravatura e a mudança de regime de governo do imperial para o republicano era necessário implementar ações governamentais que garantissem o avanço da produção industrial e tecnológica no Brasil, ainda estágio incipiente. Nessa linha de pensamento, o ensino profissionalizante era visto como um meio de conter a marginalidade e direcionar os meninos em situação de vulnerabilidade financeira – ou seja, era um ensino direcionado aos pobres para que os mesmos pudessem exercer uma profissão para sua subsistência.

Dentro do marcador temporal estabelecido neste trabalho, a Rede Federal de Educação Tecnológica passou por quatro transformações: Escola de Aprendizes e Artífices, Liceu Industrial, Escola Industrial e Escola Técnica.

Em Sergipe, embora criada oficialmente em 1909, a Escola de Aprendizes e Artífices (EAA) de Aracaju só foi inaugurada em 1º de maio de 1911, “apesar de não haver um ambiente muito favorável” (Fonseca, 1986, p. 158). A Figuras 1 trazem fotos do prédio que sediou a instituição nesta fase, onde foram necessárias duas reformas.

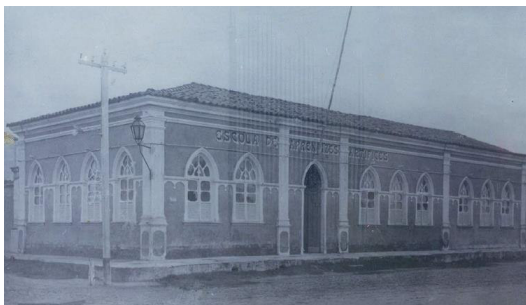


Figura1: Fotos da Escola de Aprendizes e Artífices de Aracaju dos anos de 1919 e 1940, respectivamente.

Fonte: Acervo do Instituto Federal de Sergipe.

Em 1937, através da Lei 378, de 13 de janeiro do corrente ano, passa a ser denominado Liceu Industrial de Aracaju (LIA) (Brasil, 1937) e em 1942, por força da Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942), passa a ser denominada Escola Industrial de Aracaju (EIA) e vinculada ao Ministério da Educação e Saúde (Brasil, 1942).

Passadas pouco mais de duas décadas, através da Lei 8.948, de 8 de dezembro de 1994, deu-se início a mais uma mudança estrutural na rede de ensino e as unidades educacionais passam a ser denominadas de Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET, paulatinamente, à medida que foram estruturadas pelo governo federal (Brasil, 1994). Em Sergipe essa transformação somente ocorreu em 2002, o que finaliza e justifica o nosso marcador temporal, pois a

estrutura da rede CEFET se diferenciava das anteriores no oferecimento dos níveis de ensino.

Desde os anos de 1960 a unidade de Sergipe está situada num bairro próximo ao da sua primeira instalação e já passou por várias reformas para se ajustar as necessidades educacionais que suas mudanças estruturais e legislativas demandaram.

O artigo se desenvolverá discutindo primeiramente os aspectos inerentes ao aporte teórico de construção da pesquisa, seguido dos seus resultados parciais e por fim, algumas considerações e as expectativas da continuidade da pesquisa.

Aporte teórico e problemática

Em 2015, por meio do projeto de base “Galeria Respeito: construindo uma memória dos professores de matemática do Instituto Federal de Sergipe” foi feita a seguinte pergunta: você sabe quem foram os professores de matemática que já passaram pela Instituição desde a sua criação? Ninguém sabia, todos estavam mortos institucionalmente, mesmo que alguns ainda estivessem vivos. O projeto tornou-se relevante, tendo em vista que desde 2006 o campus Aracaju oferece o curso de Licenciatura em Matemática. A investigação vem se desenvolvendo e a cada ano um aspecto da docência é tomado como foco, mas tendo como objetivo principal construir uma história dos docentes da área de matemática que atuaram na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de Sergipe desde os primórdios de sua criação, não somente identificando os agentes promotores da Educação Matemática, mas também criando um acervo caracterizante das ações docentes. Aqui, traremos a descrição de dados já colhidos, fazendo um comparativo para as ações docentes e discriminando-as por sexo.

No tocante aos aspectos metodológicos, a pesquisa se caracteriza como sendo qualitativa do tipo histórico bibliográfica, pois a fonte de dados principal são os dados colhidos no acervo do arquivo histórico do Instituto Federal de Sergipe, especificamente documentos do tipo portarias, revistas institucionais e publicações de jornais da época.

O aporte teórico tem bases na Etnomatemática de Ubiratan D’Ambrosio, em André Chervel e Dominique Juliá para o estudo da cultura escolar vigente em cada fase da Instituição, Bernard Charlot para a compreensão do relacionamento com o saber matemático e a cultura escolar e, quanto à construção da História da Educação Matemática institucional, a inspiração vem dos trabalhos do grupo GHEMAT Brasil, liderado por Wagner Valente.

Descrição e análise de dados

O que nos diz o acervo catalogado sobre as atuações dos professores e professoras de matemática na rede federal de ensino profissionalizante de Sergipe de 1911 até os anos de 2002?

O acervo institucional catalogado nos fornece até o momento 72 docentes: 22 mulheres e 50 homens. Destes, alguns na denominação professor/a de desenho, que ensinavam geometria e trigonometria, outros com a denominação de adjuntos ou ajudantes – equivalente ao professor substituto – mas nas primeiras fases, esses professores permaneceram na instituição por longos períodos. O Quadro 1 traz o

resumo descritivo dessas informações.

Quadro 1: Quantitativo de docentes

Vínculo Institucional	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Efetivo	34	9	43
Provisório	16	13	29
Total Geral	50	22	72

Fonte: Acerto Institucional do IFS

Em termos de valores absolutos houve claramente uma hegemonia masculina, principalmente nos vínculos efetivos, com leve tendência também nos provisórios. Esse fato foi perceptível especialmente na fase intitulada Escola Técnica. Há muitas direções para interpretações desses dados, desde questões sociais que impossibilitava a mulher de estudar e atuar profissionalmente até a forma do regime governamental do Brasil.

Quando passamos a olhar para as ações docentes, elas extrapolaram em muito a sala de aula. Ambos os sexos atuaram em comissões com portarias de trabalho e também em gestão administrativa. Aliás, esse é um fato marcante: os professores e professoras de matemática sempre ocuparam cargos de gestão em todas as fases da Instituição. No entanto, foi perceptível também que hierarquicamente os homens ocuparam cargos de maior posição que as mulheres, chegando inclusive à direção geral, hoje a reitoria. O Quadro 2 traz uma descrição dos dados.

Quadro 2: Ações docentes

Ação	Vínculo Institucional				Total Parcial
	Efetivo		Provisório		
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	
Gestão e Comissão	19	4	-	-	23
Só gestão	2	2	-	-	4
Só comissão	8	1	4	9	22
Nenhuma	5	2	12	4	23
Total parcial	34	9	16	13	72
Total Geral	43		29		

Fonte: Acerto Institucional do IFS

O destacável dessa análise é que em termos de valores relativos, não houve uma discrepância entre os percentuais. Se considerarmos as duas primeiras linhas de dados para o vínculo institucional efetivo, as mulheres se ocuparam com cargos de gestão e comissão num percentual de 66,7%, enquanto que os homens obtiveram 61,7% o que estatisticamente não aponta como um diferencial importante. As ações de comissões foram exercidas em ambos os vínculos, no entanto para o contrato provisório, 69% das mulheres exerceram atividades, enquanto que os homens só 25% deles. Não há como afirmar que essas escolhas significavam confiança na execução da tarefa pelas mulheres ou se elas eram designadas para que os homens se ocupassem menos. Podemos supor que existia um tipo de relacionamento separatista, uma relação conflituosa, nos moldes que especifica Juliá (2001).

Este pequeno extrato da pesquisa mostra que no Instituto Federal de Sergipe ainda precisa ter seus registros docentes analisados com vistas a identificar a

cultura escolar que foi disseminada em cada fase institucional.

Considerações finais

Na educação profissional e tecnológica os professores da área de ciências exatas possuem um papel fundamental em sua estrutura educacional. Assim, sendo a Matemática como ciência mãe para a referida área educacional, nada mais adequado que relacionar a atuação dos professores de matemática ao reconhecimento social de excelência na qualidade que a rede federal de ensino profissional possui no Estado.

Ainda há muito o que analisar nos dados colhidos. É preciso compreender algumas questões inerentes a atuação docente, principalmente em sala de aula. Iniciamos uma composição da nossa História da Educação Matemática trazendo dados sobre a docência em matemática na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de Sergipe. As próximas etapas da pesquisa será refinar ainda mais as informações contidas nos documentos, esclarecendo fatos relativos ao exercício da docência em matemática por professores de áreas não afins e também identificar currículos praticados.

Referências

Brasil. (1909) *Decreto nº 7.566*, de 23 de setembro de 1909.

Brasil. (1937) *Lei Nº 378*, de 13 de janeiro de 1937.

Brasil. (1942) *Decreto-Lei nº 4.073*, de 30 de janeiro de 1942.

Brasil. (1994) *Lei nº 8.948*, de 8 de dezembro de 1994.

Fonseca, Celso Suckow. (1986) *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, v. 04.

Ministério da Educação e Cultura. *Centenário da rede federal de Educação profissional e tecnológica*. Acesso em 28 de março, 2019, de: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf.